

## CONSELHOS ESCOLARES: IMPASSES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

*Antonio Nilson Gomes Moreira*  
*Carlos Henrique Avelar*  
*Gláucia Mirian de Oliveira Souza*  
*José Mauro Braz de Aquino*

### Introdução

O presente trabalho foi realizado no âmbito do Conselho Municipal de Educação de Maracanaú, doravante CME, a partir da perspectiva do cumprimento de suas obrigações institucionais, conforme a Lei de criação do referido colegiado. Ali está estabelecido que são competências do CME, dentre outros, “acompanhar o funcionamento e prestar assistência técnica aos Conselhos Escolares, incentivando a participação da comunidade escolar.” (grifo nosso).

Nesse sentido, objetivando dispor de condições para acompanhar o funcionamento e para prestar assistência técnica aos Conselhos Escolares, o CME deliberou por primeiramente ouvi-los, através de audiências públicas organizadas com representantes de cada um dos seus segmentos (professores, gestores, pais, alunos etc.).

As questões levantadas estão voltadas para a estrutura e o funcionamento dos conselhos escolares de Maracanaú, divididas em blocos: como os Conselhos escolares se organizam para a realização do seu trabalho? Como o realizam? Como se estabelece as relações entre os conselheiros? Que resultados são obtidos a partir do trabalho desenvolvido? De quais processos formativos participam?

O principal objetivo das questões foi identificar elementos que sinalizem carências pelos conselhos escolares, sejam de condições objetivas ou subjetivas, cuja apropriação venha a contribuir para a melhoria da qualidade do seu trabalho.

A metodologia utilizada, os resultados encontrados e as conclusões chegadas estão registrados nesta e em mais quatro partes. Primeiramente, justificamos e contextualizamos o trabalho desenvolvido, com a devida problematização. Em seguida definimos os objetivos e a metodologia utilizada. Adiante delineamos os fundamentos teóricos adotados. Depois apresentamos e discutimos os dados encontrados para em seguida demonstrarmos os achados.

Acreditamos que o caminho percorrido e as constatações contribuem para um assessoramento aos Conselhos Escolares, nas dimensões política e técnica de sua atuação, na perspectiva do fortalecimento dos mesmos enquanto instrumentos e estratégias para a gestão democrática da escola.

## **Situando o Problema**

O município de Maracanaú compõe a Região Metropolitana de Fortaleza, capital do estado do Ceará. São cerca de 209 mil habitantes (IBGE, 2010) em 108 km<sup>2</sup>, e 45 mil alunos em 91 escolas, todas dispostas de Conselho Escolar, nas quais, conforme disposto na legislação local, o (a) diretor (a) da escola é membro nato e automaticamente presidente do referido colegiado.

O CME compreende que o desafio proposto enquadra-se nas funções mobilizadora, fiscalizadora e propositiva desse colegiado, posto que a partir do cumprimento pleno dessa ação, estará fiscalizando o funcionamento dos Conselhos Escolares, mobilizando os atores sociais para a participação

junto a essas entidades, e ainda, estará propondo políticas públicas que contribuirão para o empoderamento dos sujeitos e qualificação das instituições.

Todavia, essa prerrogativa, até então, não tem efetivamente sido realizada. Acreditamos que tal fato deva-se a perspectiva primeira de constituição e construção da identidade do CME a partir de suas demandas mais imediatas, decorrentes de sua função normativa, em que se enquadram a elaboração de pareceres e de resoluções, bem como os processos de legalização das instituições de ensino.

Dessa forma, o “assessoramento técnico” aos Conselhos Escolares deve ser realizado pelo CME e pela Secretaria de Educação, com vistas a contribuir para o fortalecimento daquelas entidades, objetivando uma participação mais efetiva junto às suas escolas.

Para propor estratégias que contribuíssem para a qualificação e fortalecimento dos Conselhos Escolares, tornou-se imprescindível conhecer esses colegiados de Maracanaú, de modo a proporcionar recomendações que culminassem em um empoderamento dos atores, uma qualificação de sua atuação na perspectiva da gestão democrática das escolas; conhecer as bases legais e institucionais em que se assentam os Conselhos Escolares; conhecer as condições de funcionamento dos Conselhos Escolares a partir de audiências públicas com cada um dos segmentos que o compõem; e, conhecer outras experiências relativas à estrutura e funcionamento dos Conselhos Escolares.

Para tanto, foi elaborado um plano de trabalho que tinha como atividade inicial produzir um Estado da Arte dos Conselhos Escolares de Maracanaú. Em seguida, foram realizadas audiências com os diversos segmentos que representam esses colegiados. Foram ouvidos 210 Conselheiros, conforme tabela 1.

**Tabela 1 – Representantes dos Conselhos Escolares Participantes das Audiências Públicas por Segmento**

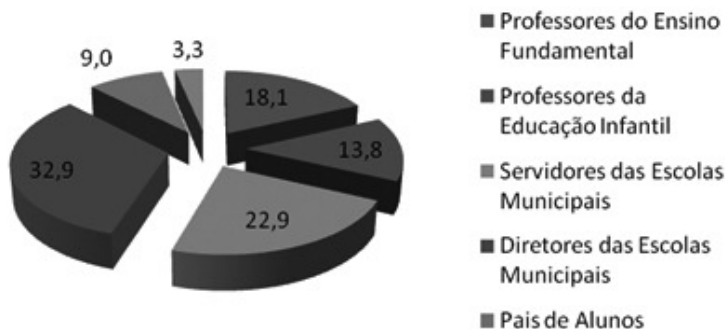
<b>Segmento</b>	<b>Quantidade de conselheiros</b>
Professores do Ensino Fundamental	38
Professores da Educação Infantil	29
Servidores das Escolas Municipais	48
Diretores das Escolas Municipais	69
Pais de Alunos	19
Estudantes	07
<b>Total</b>	<b>210</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

O número reduzido de alunos participantes de justifica pelo fato de que a participação destes nos Conselhos Escolares só é acatada quando já emancipados, o que é pouco comum em escolas que ofertam predominantemente o ensino fundamental regular.

De modo semelhante, o tamanho da participação dos pais se explica pelo evento ser realizado em local externo à escola, que não se situa nas imediações da comunidade onde residem, que não foram disponibilizadas quaisquer condições objetivas para participação (auxílio-transporte ou equivalente), e ainda, a participação não vem a abonar a sua ausência no trabalho, principalmente nos casos de trabalhadores da iniciativa privada.

A representação da participação dos conselheiros, em percentual, está demonstrada no gráfico 1 a seguir.



**Gráfico 1 – Representantes dos Conselhos Escolares Participantes das Audiências Públicas por Segmento em Percentual**

Fonte: Elaboração própria.

Além das audiências aos Conselhos Escolares, o plano de trabalho contempla como ações, dentre outras: estudar legislação específica; participar em reunião de conselho escolar; e conhecer experiências de outros municípios.

## Os Conselhos Escolares e a Construção da Democracia

Os anos 1980 no Brasil ficaram marcados por uma onda de participação na tentativa de forjar a redemocratização do país com o fim do regime militar. Um novo cenário começava a ser construído pelos movimentos sociais, populares, sindicatos e partidos políticos na perspectiva de alargar os espaços democráticos onde o povo pudesse interferir de alguma forma nos assuntos que diziam respeito às decisões de ordem pública.

A Constituição de 1988 fortalece essa ideia trazendo no seu bojo garantias democráticas que potencializavam a participação social tecendo no campo institucional uma nova

relação entre estado e sociedade civil, rompendo com uma tradição autoritária e patrimonialista que dificultaram a participação popular historicamente desde o Brasil colonial. A nova Carta Magna aprovou mecanismos valiosos e ferramentas eficazes para a construção de um novo Estado e de uma nova democracia.

De acordo com Guimarães (2008), a elaboração de uma nova constituição reflete os anseios da sociedade brasileira, e o processo de redemocratização nacional caracteriza uma primeira transformação, no plano institucional, rumo à consolidação de uma proposta democrática deliberativa, ou seja, uma democracia que seja capaz de promover o debate público sobre as mais diversas políticas públicas, no interior da sociedade civil e do Estado, de forma compartilhada.

Para Pereira, a participação política no modelo deliberativo se dá:

Através do diálogo entre indivíduos nos espaços públicos onde terão a possibilidade de expressarem suas opiniões, escutarem as posições dos indivíduos, reconhecerem identidades ou divergências entre as posições e debates e, por fim, encontrarem pontos comuns para chegarem a decisões coletivas. (PEREIRA, 2007, p.439).

Podemos dizer, então, que a Carta Magna de 1988, considerada a constituição cidadã, representa, no campo da formalidade, o início da construção de um processo democrático revitalizando a participação da sociedade civil nas decisões de fórum público. A mesma garantiu direitos e deveres universais aos cidadãos, contrapondo-se ao estado mínimo preconizado pelos neoliberais. Todo esse movimento por democracia gestou-se na luta contra o regime militar, em que os movimentos sociais organizados foram seus protagonistas.

Na esteira desse debate, Guimarães (2008, p.16), afirma que:

A Constituição de 1988 inaugura o momento em que a democracia começa a se constituir, do ponto de vista formal, no país, e esta reconstrução se dá de modo inovador, ao prever a inserção da sociedade civil na deliberação das políticas públicas, com a criação de espaços de gestão compartilhada ente os executivos federal, estadual e municipal, e a sociedade civil, nos conselhos gestores federal, estadual e municipal.

Destacamos aqui alguns dispositivos garantidos na Constituição de 1988 que possibilitam a participação da população na gestão dos serviços públicos: primeiro, no artigo 198, em seu inciso III, quando a comunidade é convocada a participar nas ações e serviços da saúde; depois, no artigo 205, a educação é vista não apenas como um direito, mas um dever de toda sociedade e da família, e será promovida e incentivada, também, com a colaboração da sociedade; terceiro, no inciso III do artigo 204, que, referindo-se à assistência social, preconiza a participação popular no monitoramento das ações.

Na década de 1990 esse processo de ampliação da democracia se robustece com a proliferação e implementação dos conselhos municipais amparados pela Constituição Federal, tendo como principais características: são temáticos, ligados a políticas sociais específicas; de caráter semirrepresentativo e voluntário; deliberativos, abrangentes e permanentes; composição paritária entre governo e sociedade; e autônomos ou semiautônomos em relação ao governo.

Os conselhos gestores municipais se inscrevem dentro do processo de democratização como órgãos coletivos, representados pelo estado e pela sociedade civil e que juntos elabo-

ram, deliberam e fiscalizam as políticas públicas municipais. “Trata-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão dos bens públicos.” (GOHN, 2011, p.7).

Seguindo o caminho da democracia participativa e as transformações no campo da educação e, obedecendo as diretrizes da lei federal foram instituídos o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (Fundef), todos ligados ao poder municipal.

No embalo dessa conjuntura que permitia abrir novos canais de participação, chega-se, então, ao momento da organização formal dos Conselhos Escolares tendo como pressuposto básico a normatização de uma prática democratizante que vise à participação coletiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, quais sejam professores, alunos, pais de alunos e servidores da escola. Tal participação deverá levar em consideração os interesses da coletividade, a necessária articulação teórica x prática no fazer pedagógico, a realidade concreta das possibilidades e limites da atuação escolar, a legislação em vigor, sem perder de vista o norte da construção de uma educação pública e de qualidade.

Os elementos socioeconômicos, que produzem e reproduzem as sociedades em sua dimensão macroestrutural, são os mesmos que repercutem na determinação da escola enquanto instituição.

As reflexões realizadas sobre a escola, a partir desse contexto, suscitam um questionamento que Paro (2000, p.55), aprofunda dizendo:



Uma questão de crucial importância a ser debatida sobre a escola pública fundamental, hoje, parece ser o de sua real função social. A partir de uma concepção de educação como atualização histórica cultural do ser humano, seria de desejar que tanto as pessoas que trabalham na escola, quanto àqueles que buscam seus serviços, tivessem condições de um razoável aprofundamento dessa questão, que deveria estar no centro de seus interesses. Todavia, não é assim que costuma acontecer.

O que o autor problematiza é: sobre quais devem ser os fins da escola? A quem e a que ela servirá? Nesse momento de tomada de consciência, a filosofia crítica oferece contribuições relevantes, a partir de suas análises e postulados que nos abre os horizontes para a formulação de uma concepção de educação transformadora.

A escola é, portanto uma instituição social que, inserida na sociedade capitalista reflete, no seu interior, as determinações e contradições dessa sociedade. Porém, ao mesmo tempo em que reproduz os padrões culturais, sociais, políticos e econômicos da classe dominante, constitui-se um espaço público, lugar de debate, do diálogo com raízes na reflexão coletiva das camadas menos favorecidas. A escola pública poderá contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania ativa comprometida com os interesses da maioria excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria (NAVARRO, 2004b, p.18).

A luta a ser empreendida no sentido de promover, no interior da escola, uma ruptura com as práticas conservadoras historicamente instaladas, supõe a efetivação de instrumen-

tos que contemplem a participação dos atores políticos excluídos desse direito. Os conselhos escolares colocam-se nesse contexto, como um mecanismo público de controle, defesa e construção do interesse da Educação pública (WERLE, 2003).

A ideia de Conselho Escolar tem raízes profundas na história de luta das camadas populares pela conquista de seus direitos políticos e sociais. O Conselho Escolar se constitui como um mecanismo de escuta e encaminhamentos das demandas socioeducativas, fomentando o processo de democratização da escola pública.

A gestão da escola se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre uma tomada de posição dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes [...]) Logo, a sua construção não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e tomada de decisões. (NAVARRO, 2004a, p. 26).

Na medida em que a comunidade escolar e local decide, escolhe, planeja e executa, e o grupo se responsabiliza por seus atos e tende a comprometer-se mais com a escola.

Segundo Werle (2003, p. 50),

A escola deve articular-se com as famílias e a comunidade, contando para tanto com a colaboração dos professores. E nesta perspectiva que se conhece a outra dimensão da Gestão Democrática do Ensino Público, favorecida pela participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares.

O caráter político e pedagógico do conselho escolar empodera a comunidade escolar para gerir os destinos da escola, discutir, elaborar, planejar, executar e acompanhar o seu pro-

jeto político pedagógico e assegurar o ensino público e socialmente referenciado.

Ressaltamos novamente que o princípio da democratização da gestão escolar pública está garantido e pautado na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9394/96) que nos seus artigos 14 e 15 estabelece um princípio e duas diretrizes para implementação da gestão democrática da educação, são eles, o princípio: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, [...]” (LDB, Art. 15); e as diretrizes

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, art. 14).

Nesse contexto, o Conselho Escolar surge como instrumento que conduzirá a efetiva participação dos membros da comunidade escolar no exercício de novas relações interpessoais, profissionais e institucionais, que superam o autoritarismo e permitem a construção de relações democráticas entre todos os envolvidos na organização da escola e na produção de conhecimentos, visando, sobretudo, a melhoria da escola pública. Todavia, “esse processo democrático é um caminho que se faz ao caminhar.” (PARO,1998, p. 17).

## **Análise dos Dados**

Os dados foram obtidos a partir de questionário para esse fim elaborado, constando de seis blocos, cada um com questões específicas, ora fechadas, ora abertas, ora com as

duas possibilidades. Os tópicos abordavam os seguintes temas: I – Organização para o trabalho; II – O trabalho; III – Questões relacionais; IV – Resultados; V – Capacitação; e, VI – Sugestões. A seguir está apresentado o detalhamento das questões feitas em cada bloco e análise dos dados.

Tratando das condições para o trabalho, questionou-se sobre a existência de um Cronograma (Calendário Anual de Reuniões) do Conselho Escolar na sua escola. Um percentual de 92% dos entrevistados respondeu que sim; 6% que não; e, 2% que não sabia.

Quanto à periodicidade das reuniões: 49% responderam que são mensais; 29% apontaram a bimestralidade como resposta; e ainda 12% disseram ser quinzenal. Os demais tergi-versaram entre semestral, anual e semanal.

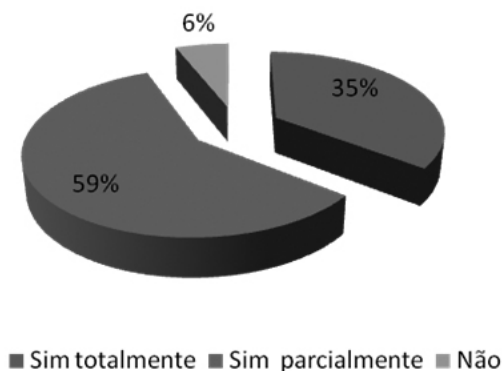
Nesse aspecto é importante destacar, conforme demonstrado na Tabela 2, a contradição entre as respostas dos diretores e as dos demais segmentos; mais da metade (69,1%) do segmento diretor afirmou que as reuniões são bimestrais ou quinzenais, fato não confirmado pelas respostas obtidas junto aos demais segmentos.

**Tabela 2 – Periodicidade das Reuniões dos Conselhos Escolares Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Ensino Fundamen	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
Semanal	2	5	0	0	0	0	2	9,09	0	0	0	0	4	1,73
Quinzenal	1	2,5	0	0	0	0	0	0	0	0	26	32,1	27	11,7
Mensal	30	75	14	36,8	24	55,8	9	40,9	6	85,7	30	37	113	48,9
Bimestral	2	5	18	47,4	16	37,2	8	36,4	0	0	24	29,6	68	29,4
Total	55	100	32	100	42	100	21	100	7	100	71	100	228	100

Fonte: Elaboração própria.

Aos que responderam que existia cronograma, questionou-se ainda se o mesmo foi cumprido. Percentual de 35% dos segmentos respondeu que sim totalmente; 59% disseram que sim, parcialmente; e 6% que não. Os percentuais podem ser acompanhados no gráfico 2.



**Gráfico 2 – Cumprimento do Cronograma de Reuniões do Conselho Escolar**

Fonte: Elaboração própria.

Ainda no primeiro bloco, foi perguntado se a Gestão Escolar dispõe de espaço físico para que seus conselheiros se reúnam, troquem experiências, estudem, planejem com tranquilidade. Percentual de 51% afirmou que sim; 31% que não; e 18% não sei. Outra vez destacam-se as respostas do segmento diretores, os quais, em tese, são responsáveis pela criação das condições objetivas de trabalho na escola. Destes, 31% responderam que não existe um espaço físico para as reuniões.

**Tabela 3 – Existência de Espaço para a Realização das Reuniões dos Conselhos Escolares Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	0	0	23	71,9	32	74,4	17	81	6	75	38	53,5	116	51,1
<b>Não</b>	12	23,1	9	28,1	11	25,6	3	14,3	2	25,0	33	46,5	70	30,8
<b>Não sei</b>	40	76,9	0	0,0	0	0,0	1	4,8	0	0,0	0	0,0	41	18,1
<b>Total</b>	52	100	32	100	43	100	21	100	8	100	71	100	227	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Nessa mesma linha, perguntou-se se existe um Plano de Trabalho Anual do Conselho Escolar na escola aprovado pelo colegiado. Os entrevistados disseram que sim (48%); não (36%) e, não sei (16%). Mais uma vez se destaca o percentual de respostas negativas do segmento diretores: destes, 57% afirmaram que não existe um Plano de Trabalho Anual do Conselho Escolar. As respostas de cada segmento estão expressas na tabela 4.

**Tabela 4 – Existência de Plano Anual de Trabalho Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	19	50	14	45,2	20	52,6	11	55	3	50	30	42,9	97	47,8
<b>Não</b>	8	21,1	11	35,5	9	23,7	4	20,0	2	33,3	40	57,1	74	36,5
<b>Não sei</b>	11	28,9	6	19,4	9	23,7	5	25,0	1	16,7	0	0,0	32	15,8
<b>Total</b>	38	100	31	100	38	100	20	100	6	100	70	100	203	100

Fonte: Elaboração própria.

Os segmentos que responderam positivamente acerca da existência de Plano Anual de Trabalho citaram algumas ações inseridas no documento, em 2011. As que mais se repetiram quantitativamente foram: elaboração e Revisão do Regimento e Projeto Político-Pedagógico da escola; ações desenvolvidas na escola envolvendo o PDE e PDDE – elaboração, acompanhamento e fiscalização; acompanhamento e visita a alunos faltosos; ações voltadas para a melhoria da escola; projetos de acessibilidade.

Sobre a realização das reuniões, questionou-se a existência de pauta previamente elaborada. Percentual de 88% respondeu que sim; 5% que não e 7% não sei. Quanto aos desdobramentos da reunião, 83% afirmaram que a pauta é negociada para a aprovação, 11% dos entrevistados disseram que não há negociação da pauta, e 6% que não sabiam. Aqui dois aspectos chamam atenção. Primeiro, a provável ausência prévia de pauta de reuniões em cerca de 12% dos Conselhos Escolares, o que pode ser bastante comprometedor para a clareza dos objetivos que se pretende atingir, bem como da condução das discussões. Depois, é provável que em 17% dos conselhos a pauta seja imposta, o que tende a comprometer uma participação qualitativa dos diversos segmentos. Mais outros agravantes: 11% dos diretores não elaboram pauta previamente, e 22% desse segmento não abre espaço para negociar a agenda da reunião. O detalhamento desses dados está expresso nas tabelas 5 e 6 a seguir.

**Tabela 5 – Existência Prévia de Pauta para as Reuniões Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	23	79,3	25	78,1	39	90,7	13	81,3	7	100,0	66	94,3	173	87,8
<b>Não</b>	2	6,9	1	3,1	2	4,7	2	12,5	0	0,0	4	5,7	11	5,6
<b>Não sei</b>	4	13,8	6	18,8	2	4,7	1	6,3	0	0,0	0	0,0	13	6,6
<b>Total</b>	29	100	32	100	43	100	16	100	7	100	70	100	197	100

Fonte: Elaboração própria.

Acerca da frequência nas reuniões, apenas 13% do total de entrevistados afirmaram que não participam de todas as reuniões do Conselho Escolar. Contudo, dos 87% que disseram participar, apenas 38% participam regularmente, ao passo que 56% participam parcialmente, e 6% não participam. Informam ainda, em unanimidade, que os segmentos mais faltosos são os pais, os alunos e a comunidade escolar.

**Tabela 6 – Negociação da Pauta da Reunião Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	38	84,4	20	71,4	32	88,9	13	86,7	6	85,7	56	83,6	165	83,3
<b>Não</b>	3	6,7	5	17,9	2	5,6	1	6,7	1	14,3	10	14,9	22	11,1
<b>Não sei</b>	4	8,9	3	10,7	2	5,6	1	6,7	0	0,0	1	1,5	11	5,6
<b>Total</b>	45	100	28	100	36	100	15	100	7	100	67	100	198	100

Fonte: Elaboração própria.



Os dados tratados a seguir partem do segundo bloco de questões, estas relacionadas ao trabalho cotidiano dos conselheiros. Inicialmente, questionou-se se os mesmos têm clareza acerca dos objetivos e metas da escola. A maioria respondeu que sim (84%), enquanto 16% afirmaram que não. Chama atenção o fato de 28% dos diretores terem respondido não a essa questão. Os dados estão expressos na tabela 7.

**Tabela 7 – Conhecimento dos Objetivos e Metas da Escola Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	45	90,0	23	79,3	44	95,7	20	87,0	7	100,0	50	71,4	189	84,0
<b>Não</b>	5	10,0	6	20,7	2	4,3	3	13,0	0	0,0	20	28,6	36	16,0
<b>Total</b>	50	100	29	100	46	100	23	100	7	100	70	100	225	100

**Fonte:** Elaboração própria.

Em seguida, questionou-se se o representante do segmento “sabe qual o seu papel como membro do Conselho Escolar”. A maioria dos entrevistados, em todos os segmentos afirmou que o papel primordial é “acompanhar, fiscalizar, discutir e elaborar soluções para a melhoria da escola”. Foi citado ainda o repasse de informações para os seus segmentos, já que são representantes.

Ao questionar se o Conselho Escolar acompanha com frequência o trabalho dos professores, 70% dos conselheiros entrevistados responderam que sim, e 30% que não, um percentual bastante significativo, conforme exposto na tabela 8.

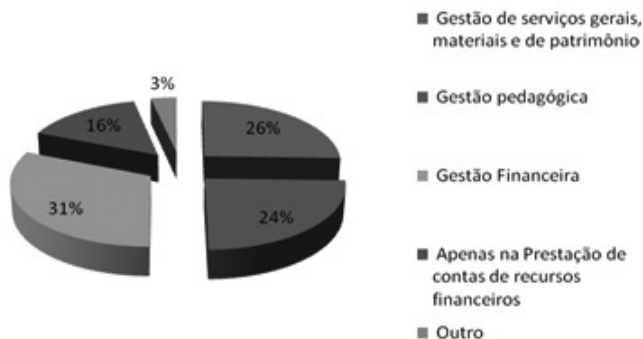
**Tabela 8 – Acompanhamento do Trabalho dos Professores Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	36	72,0	15	53,6	32	72,7	17	73,9	4	57,1	53	74,6	157	70,4
<b>Não</b>	14	28,0	13	46,4	12	27,3	6	26,1	3	42,9	18	25,4	66	29,6
<b>Total</b>	50	100	28	100	44	100	23	100	7	100	71	100	223	100

Fonte: Elaboração própria.

Foi solicitado que os conselheiros classificassem sua participação em diversas ações, desde a elaboração/revisão do Projeto Político-Pedagógico, Regimento escolar, Plano de Desenvolvimento da Escola, Planejamento Mensal, até em programas como o Mais Educação e o Escola Aberta. As respostas permitem inferir que atuação do Conselho Escolar, de acordo com todos os segmentos, é de bom a excelente. Percentuais menores afirmam ser regular a atuação nessas atividades. Ficou a desejar nos dados apresentados o Programa Escola Aberta que apresenta um percentual representativo de respostas “regular” e “não participa”, respectivamente, 34 e 21%.

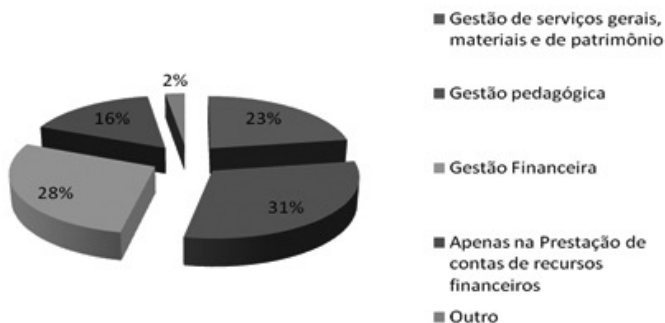
Os entrevistados responderam ainda que as áreas em que são concentradas as discussões e atividades do Conselho Escolar são as expressas no gráfico 3.



**Gráfico 3 – Áreas de Concentração das Atividades do Conselho Escolar**

Fonte: Elaboração própria.

É possível verificar que se destaca nas respostas dos entrevistados a “gestão financeira” e “apenas na prestação de contas de recursos financeiros” (totalizando 47%). Quando se perguntou em qual área se concentra a atuação do segmento respondente, as respostas não foram muito diferentes, contudo, verifica-se que cresce o percentual de respostas na gestão pedagógica, como demonstrado no Gráfico abaixo.



**Gráfico 4 – Áreas de Origem do Representante do Segmento no Conselho Escolar**

Fonte: Elaboração própria.

A respeito do repasse dos temas discutidos nas reuniões aos seus segmentos, 73% dos conselheiros responderam que sim, e o restante, 27%, afirmaram que não o faz. Segundo alguns desses últimos, “Não existe reunião para isso” ou “não é feito esse repasse”. Para os primeiros, o repasse é feito através de “reuniões”, em “Conversas Informais” e no “Intervalo”.

No terceiro bloco de questões destacou-se a participação dos segmentos nas discussões e deliberações do Conselho Escolar. Questionou-se primeiro se, efetivamente, todos os segmentos têm direito a voz e voto, e têm as suas opiniões e pontos de vista acatados. 84% afirmaram que sim e 16% que não. Na tabela 9 estão apresentadas as respostas por segmento.

Como ponto positivo, pode-se destacar que a maioria dos segmentos tem direito a voz e voto. Merece preocupação o fato que 28% dos diretores responderam não a essa questão.

**Tabela 9 – Direito a Voz e Voto Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	44	91,7	23	79,3	36	94,7	17	89,5	7	100,0	49	72,1	176	84,2
<b>Não</b>	4	8,3	6	20,7	2	5,3	2	10,5	0	0,0	19	27,9	33	15,8
<b>Total</b>	48	100	29	100	38	100	19	100	7	100	68	100	209	100

**Fonte:** Elaboração própria.

Perguntou-se ainda quais os segmentos são dominantes. Poucos entrevistados responderam essa questão. Apareceram entre as respostas os seguintes segmentos: gestores e professores.

Ao responder sobre a existência de voz discordante no conselho, 54% dos respondentes afirmaram que sim e 46% que não. A existência de voz discordante dentro do conselho é destacada

como ponto positivo, pois é a partir dos conflitos que se podem construir as melhores alternativas para superação de problemas. As respostas por segmento estão apresentadas na tabela 10.

**Tabela 10 – Existência de Voz Discordante no Conselho Escolar Segundo os Segmentos**

	Servidores		Professores Educação Infantil		Professores Ensino Fundamental		Pais de alunos		Estudantes		Diretores		Total	
		%		%		%		%		%		%		%
<b>Sim</b>	22	48,9	15	53,6	22	75,9	7	46,7	5	71,4	33	47,1	104	53,6
<b>Não</b>	23	51,1	13	46,4	7	24,1	8	53,3	2	28,6	37	52,9	90	46,4
<b>Total</b>	45	100	28	100	29	100	15	100	7	100	70	100	194	100

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito às deliberações do Conselho Escolar, questionou-se se as formas pelas quais se chegam as decisões podem ser qualificadas como a gestão democrática da escola. 81% afirmaram que sim e 19% disseram que não. Também chama atenção o fato de 31% dos diretores responderem que a forma como as decisões são tomadas não se efetiva a gestão democrática da escola. As respostas à questão estão detalhadas na tabela 11.

**Tabela 11 – As Deliberações do Conselho Escolar Caracterizam a Gestão Democrática Segundo os Segmentos**

	Servidores		Professores Educação Infantil		Professores Ensino Fundamental		Pais de alunos		Estudantes		Diretores		Total	
		%		%		%		%		%		%		%
<b>Sim</b>	35	87,5	22	75,9	37	90,2	15	93,8	7	100	49	69,0	165	80,9
<b>Não</b>	5	12,5	7	24,1	4	9,8	1	6,3	0	0	22	31,0	39	19,1
<b>Total</b>	40	100	29	100	41	100	16	100	7	100	71	100	204	100

Fonte: Elaboração própria.

Ao justificarem as suas respostas, os segmentos afirmaram que: as decisões são coletivas; todos têm direito a voz e voto; a maioria é quem decide as questões; existe socialização das informações e decisões; e ainda, há respeito entre os conselheiros.

Os conselheiros foram indagados se as decisões tomadas pelo Conselho Escolar são encaminhadas por quem de direito e em tempo hábil. 65% dos conselheiros afirmaram que sim e 35% disseram que não. Aos que responderam negativamente, chama atenção os professores do ensino fundamental (51%) e os diretores (48%), conforme expostos na tabela 12.

**Tabela 12 – Encaminhamento das Deliberações do Conselho Escolar por Quem de Direito e em Tempo Hábil Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
Sim	38	88,4	17	89,5	34	48,6	17	89,5	7	87,5	36	51,4	149	65,1
Não	5	11,6	2	10,5	36	51,4	2	10,5	1	12,5	34	48,6	80	34,9
Total	43	100	19	100	70	100	19	100	8	100	70	100	229	100

Fonte: Elaboração própria.

No quarto bloco de questões foram focalizados os resultados do Conselho Escolar, perguntando sobretudo se o conselho se reúne para avaliar o seu desempenho e o de seus conselheiros. As respostas foram as seguintes: 56% responderam que sim e 44% que não, conforme tabela 13.

**Tabela 13 – Avaliação do Desempenho do Conselho Escolar Segundo os Segmentos**

	Servidores		Professores Educação Infantil		Professores Ensino Fundamental		Pais de alunos		Estudantes		Diretores		Total	
		%		%		%		%		%		%		%
<b>Sim</b>	31	70,5	23	82,1	21	50,0	14	66,7	4	57,1	25	35,7	118	55,7
<b>Não</b>	13	29,5	5	17,9	21	50,0	7	33,3	3	42,9	45	64,3	94	44,3
<b>Total</b>	44	100	28	100	42	100	21	100	7	100	70	100	212	100

**Fonte:** Elaboração própria.

O percentual de 44% que disse não haver avaliação do desempenho do conselho e dos conselheiros reflete o fato que as ações são realizadas e até acompanhadas, como relatado no próximo questionamento. Contudo, ainda não há uma dinâmica generalizada de autoavaliação e avaliação das ações em uma grande parte dos conselhos escolares. Os próprios gestores fazem esse destaque, quando mais de 64% desses informaram que não há espaços de reuniões com esse objetivo.

Questionou-se ainda se o Conselho Escolar identifica as decisões deliberadas e acompanha sua execução. O resultado apresentou 75% afirmando que sim e 25% que não. 31% dos gestores responderam negativamente, configurando um paradoxo, haja vista que no município, estes são presidentes desse colegiado. Não identificar as ações deliberadas bem como não acompanhar as execuções é, no mínimo, contraproducente. As respostas estão detalhadas na tabela 14.

**Tabela 14 – Identificação das Deliberações e Acompanhamento da Execução Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	33	89,2	15	55,6	32	84,2	16	84,2	4	66,7	49	69,0	149	75,3
<b>Não</b>	4	10,8	12	44,4	6	15,8	3	15,8	2	33,3	22	31,0	49	24,7
<b>Total</b>	37	100	27	100	38	100	19	100	6	100	71	100	198	100

Fonte: Elaboração própria.

Um percentual de 70% dos conselheiros afirmou que a atuação do conselho contribui para a melhoria da qualidade do trabalho realizado pela escola, e 30% disse que não. Vale ressaltar que 33% dos diretores afirmaram que a atuação do conselho não contribui para a melhoria da qualidade do trabalho realizado pela escola. A gravidade dessa afirmação está no fato de que cada diretor representa uma escola. Assim, em exatamente um terço das unidades de ensino, o trabalho do Conselho é inútil, segundo esse segmento. Em números absolutos e em percentual, as respostas estão expressas na tabela 15.

**Tabela 15 – A Contribuição da Atuação do Conselho Escolar para a Melhoria da Qualidade do Trabalho Realizado pela escola Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	32	97,0	10	90,9	22	84,6	6	85,7	4	66,7	33	47,1	107	69,9
<b>Não</b>	1	3,0	1	9,1	4	15,4	1	14,3	2	33,3	37	52,9	46	30,1
<b>Total</b>	33	100	11	100	26	100	7	100	6	100	70	100	153	100

Fonte: Elaboração própria.



Do percentual de 69% que afirmou ser positiva a contribuição do Conselho, 47% afirmaram que contribui muito e 53% disseram que essa contribuição é pouca, conforme demonstrado na tabela 16, por segmento.

**Tabela 16 – Tamanho da contribuição da Atuação do Conselho Escolar para a Melhoria da Qualidade do Trabalho Realizado pela Escola Segundo os Segmentos**

	Servidores		Professores Educação Infantil		Professores Ensino Fundamental		Pais de alunos		Estudantes		Diretores		Total	
		%		%		%		%		%		%		%
<b>Muito</b>	9	42,9	6	37,5	11	52,4	6	60,0	2	100,0	18	45,0	52	47,3
<b>Pouca</b>	12	57,1	10	62,5	10	47,6	4	40,0	0	0,0	22	55,0	58	52,7
<b>Total</b>	21	100	16	100	21	100	10	100	2	100	40	100	110	100

**Fonte:** Elaboração Própria.

No quinto bloco de questões foi solicitado que os conselheiros respondessem sobre os momentos de estudo e capacitação dos membros. Percentual de 43% afirmou que esses momentos existem, enquanto 57% disseram que não existem. Fator negativo aparece no percentual referente aos diretores, já que é responsabilidade dele e de seu núcleo gestor, pelo menos, criar condições para a realização da atividade, além de sensibilizar os envolvidos. 67% dos gestores afirmaram não haver momentos de estudo e capacitação, o que pode ser compreendido como 67% das escolas. O detalhamento dessa questão está apresentado na tabela 17.

**Tabela 17 – Existência de Momentos de Formação Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Fais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Muito</b>	9	42,9	6	37,5	11	52,4	6	60,0	2	100,0	18	45,0	52	47,3
<b>Pouca</b>	12	57,1	10	62,5	10	47,6	4	40,0	0	0,0	22	55,0	58	52,7
<b>Total</b>	21	100	16	100	21	100	10	100	2	100	40	100	110	100

Fonte: Elaboração própria.

Convém ressaltar que o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), realiza o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, instituído pela Portaria Ministerial Nº 2.896, de 16 de setembro de 2004, com o objetivo de valorizar esse colegiado. Esse organismo é visto como instrumento de uma gestão democrática e participativa e já se constitui como um espaço tradicional do meio escolar. Segundo Aguiar (2008, p.135), os gestores do Programa na Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação reconheciam:

[...] a importância de possibilitar, aos diversos segmentos da escola, o acesso a um determinado tipo de material cujo conteúdo pedagógico favorecesse a reflexão e a discussão sobre a democracia, sobre os processos de participação e sobre a questão da cidadania. A expectativa era de que, com a divulgação desse material nas escolas, fosse ampliado o debate sobre os processos de gestão democrática [...]

O material do programa é composto de um caderno institucional denominado “Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública”, que é destinado

aos dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação e ainda doze cadernos institucionais destinados aos conselheiros escolares, sendo eles: caderno 1 - Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania; caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola; caderno 3 – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade; caderno 4 – Conselho Escolar e o aproveitamento do tempo pedagógico; caderno 5 – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor; caderno 6 – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação; caderno 7 – Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil; caderno 8: A valorização dos trabalhadores em educação; caderno 9 – Conselho Escolar e a educação do campo; caderno 10: Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social; caderno 11 – Conselho Escolar e Direitos Humanos; caderno 12 – Conselho Escolar e sua organização em Fórum; e caderno de Consulta: Indicadores da qualidade na educação.

Importante registrar que esse programa utiliza como critério de inscrição em seus cursos, o participante ser técnico das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de forma que estes se tornem multiplicadores de conhecimentos e ações no âmbito dos conselhos escolares. Dessa forma, as secretarias organizam capacitações junto aos conselhos com o objetivo de socializar os conteúdos dos cadernos e orientar metodologias que podem ser utilizadas nos estudos realizados no âmbito das escolas.

Um percentual de 46% dos entrevistados afirmou conhecer o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, e 54% disseram não conhecer. Conforme exposto na tabela 18.

**Tabela 18 – Conhecimento do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	24	54,5	8	30,8	17	44,7	17	44,7	4	66,7	32	45,1	102	45,7
<b>Não</b>	20	45,5	18	69,2	21	55,3	21	55,3	2	33,3	38	53,5	120	53,8
<b>Total</b>	44	100	26	100	38	100	38	100	6	100	71	98,6	223	99,6

**Fonte:** Elaboração própria.

Conforme a tabela, 54% dos gestores afirmaram não conhecer o programa, registro preocupante, tendo em vista que são eles que, como já destacado, tem a responsabilidade por encaminhar, de alguma forma, a ação.

Dos que afirmaram que conhecem o programa e que realizam estudos, ao responderem sobre os módulos estudados, os conselheiros entrevistados respondem diversos módulos, citando do O1 ao O6. Destes, 64% afirmaram que esse momento de estudo contribui para uma melhor atuação dos conselheiros, ao passo que 36% responderam contrariamente. 23% dos gestores afirmaram que esses momentos não contribuem para uma melhor atuação dos conselheiros, mas não registraram o porquê de suas respostas. Esses dados estão mais detalhados na tabela 19.

**Tabela 19 – Contribuição dos Momentos de Estudo para a Melhoria da Qualidade do Trabalho do Conselho Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	32	86,5	14	70,0	28	87,5	12	70,6	4	66,7	20	32,8	110	63,6
<b>Não</b>	5	13,5	6	30,0	4	12,5	5	29,4	2	33,3	41	67,2	63	36,4
<b>Total</b>	37	100	20	100	32	100	17	100	6	100	61	100	173	100

**Fonte:** Elaboração própria.

Foi questionado ainda se existe tempo suficiente para estudo dos módulos sem prejudicar o tempo pedagógico. A maioria dos conselheiros respondeu que não existe tempo suficiente (72%). Dos gestores, 73% afirmaram a indisponibilidade do tempo. Apenas 28% dos entrevistados afirmaram que sim: existe tempo para estudo sem prejudicar o tempo pedagógico. As respostas estão detalhadas na tabela 20.

**Tabela 20 – Existência de Tempo para Estudo dos Módulos Segundo os Segmentos**

	Servidores	%	Professores Educação Infantil	%	Professores Ensino Fundamental	%	Pais de alunos	%	Estudantes	%	Diretores	%	Total	%
<b>Sim</b>	15	35,7	4	17,4	6	17,6	9	50,0	1	16,7	19	26,8	54	27,8
<b>Não</b>	27	64,3	19	82,6	28	82,4	9	50,0	5	83,3	52	73,2	140	72,2
<b>Total</b>	42	100	23	100	34	100	18	100	6	100	71	100	194	100

**Fonte:** Elaboração própria.

No último bloco foi solicitado que os segmentos registrassem as suas sugestões para uma melhor atuação dos Conselhos Escolares nas escolas. As respostas que aparecem nas vozes de todos os segmentos foram as seguintes: mais estudos, capacitações, formações, contemplando, também, a atuação dos conselhos e suas funções; mais tempo para os estudos e para as reuniões dos conselhos escolares; mais participação e compromisso, principalmente por parte dos pais e alunos que têm mais dificuldade de comparecer às reuniões; modificação na lei que estabelece o diretor como membro nato e presidente do Conselho Escolar; destinação de um turno da jornada de trabalho do professor conselheiro para atuar junto ao Conselho Escolar; ajuda de custo para os membros dos conselhos, “em especial os pais”; incentivos aos participantes, por meio de diplomas ou certificados; e, finalmente, o acompanhamento da Secretaria de Educação.

## **Conclusões**

É a escola a principal instituição da formação humana, cabendo-lhe trabalhar com os saberes historicamente acumulados, além de relações que estabelece, para possibilitar a apropriação, reprodução e transformação da cultura e da sociedade pelas novas gerações. Portanto, toda ação ali desenvolvida é intencional.

Nesse sentido, os Conselhos Escolares são a instância de poder local, no âmbito da escola, que têm como principal missão publicizar a escola pública. Torná-la efetivamente pública. Isto, a partir do ingresso e da discussão, em seu corpo, dos diversos pontos de vista e concepções presentes, a partir dos representantes de cada segmento.

Convém inicialmente adjetivar o Conselho Escolar como um órgão colegiado, composto por representantes dos diversos segmentos, com diferentes histórias de vida, condições objetivas e subjetivas de existência, expectativas e perspectivas também diversas sobre o mundo, sobre a vida, sobre a sociedade, sobre a educação e, também, com concepções diversas de escola. Contudo, foi delegado a este grupo discutir e deliberar sobre todos os problemas e questões que a escola vivencia, além de proporcionar os melhores encaminhamentos possíveis, na perspectiva da formação humana e garantindo a democracia.

O trabalho com um grupo tão diverso não é simples e não é fácil. Pressupõe a todos os envolvidos a clareza dos fins a que se pretende, bem como uma discussão permanente acerca dos melhores caminhos, e de como caminhar, para se chegar lá.

Nesse sentido, faz-se necessárias algumas reflexões e a adoção de algumas medidas visando possibilitar a apropriação, por todos, dos fins a que se pretende chegar, e também, das condições necessárias para o percurso.

O primeiro grupo, clareza dos fins a que se pretende chegar, está relacionado à participação, ao envolvimento de todos em todas as decisões tomadas, e no comprometimento dos mesmos com os rumos que toma a escola. Pressupõe processos formativos permanentes acerca de questões diversas e debates para além da superficialidade sobre todas as questões que se fazem presentes no cotidiano escolar.

No segundo grupo, as condições necessárias para o percurso estão compreendidas as condições objetivas e subjetivas do trabalho cotidiano do Conselho Escolar. Como este organismo é essencialmente deliberativo, um lócus muito especial para a análise é a reunião na qual se tomam as decisões.

Assim, o espaço para realizar a reunião, a forma como esta foi convocada, como é conduzida, a participação dos membros, e o encaminhamento das decisões, dentre outros aspectos, muito nos têm a dizer sobre a escola pública que estamos construindo.

Nesse sentido, antes de elaborarmos os instrumentais para coleta dos dados, tínhamos em mente um funcionamento ideal de Conselho Escolar, em que este aprova no ano anterior o plano de trabalho. Este plano aprovado contém, dentre outros: um cronograma das reuniões, e estas não se limitam a uma por mês; um conjunto de questões a serem discutidas e deliberadas no ano seguinte, por ordem de prioridade e de complexidade; papéis dos representantes de cada segmento, e formas de realização.

Ainda neste conselho idealizado, as reuniões previamente marcadas são lembradas a todos na véspera. Nunca, em hipótese alguma, são desmarcadas. Podem até terem as datas modificadas, mas isto só por consenso, obtido em reunião prévia.

As pautas das reuniões já estavam previamente elaboradas e era do conhecimento de todos. Receberam esta informação na véspera, ao serem lembrados do encontro. Todavia, ao abrir a reunião, esta proposta é negociada, abrindo espaços para inclusão ou exclusão de pontos.

As reuniões têm uma sequência lógica, indo desde a memória da anterior, informes e outras socializações, até chegar às discussões e deliberações, abrindo espaços para o posicionamento de todos, com a acolhida e o respeito devido a cada representante.

Todas as decisões tomadas são encaminhadas por quem de direito e em tempo hábil, e os trabalhos são avaliados periodicamente, de preferência semestralmente.



No caso em análise, percebemos a existência de alguns documentos, processos e procedimentos imprescindíveis à atuação desses organismos. Como exemplos destes, citamos a falta de espaço para as reuniões (31%), a inexistência de plano de trabalho (37%), e a periodicidade das reuniões não parece clara para todos os segmentos (gráfico 3 e tabelas 2, 3, 4, 5 e 6).

16% dos conselheiros afirmaram não ter conhecimento dos objetivos e metas da escola, 30% não realizam acompanhamento aos professores, e 15% não têm espaço para se manifestar (direito a voz e voto). Em 46% dos Conselhos não existe voz discordante, o que ainda carece de maior aprofundamento.

Em 44% dos Conselhos não há uma avaliação dos trabalhos. Em 35% não são encaminhadas as decisões por quem de direito e em tempo hábil, e em 19% as decisões tomadas não contribuem para a gestão democrática da escola.

Sobre os resultados do Conselho, 30% entendem que as deliberações do colegiado contribuem para melhorar o trabalho da escola, mas, destes, 52% entendem que a melhora é pouca.

Não existem processos formativos em 57% dos Conselhos Escolares, e 54% sequer tomaram conhecimento do programa de formação a eles destinada pelo Ministério da Educação. Como justificativa, 72% afirmaram que não foi disponibilizado tempo para estudo. Daqueles que realizam momentos de estudo, 37% disseram que este não contribui para melhorar o trabalho da escola.

As sugestões apresentadas pelos conselheiros podem ser sintetizadas em quatro: mais estudos; modificação na condição de a presidência do conselho ser sempre a direção da escola; destinação de parte da jornada de professores para atuar no Conselho; e ajuda de custo aos pais para participar das reuniões.

Ampliar as possibilidades de estudo é, em princípio, competência de cada Conselho, o que pode receber suporte e incentivos das secretarias de educação. Cabe observar que as formações precisam ser elaboradas a partir do segmento, pois cada um tem visões e se insere em contextos diferentes. A formação oferecida pode ter o mesmo conteúdo, mas as metodologias utilizadas devem se adequar ao contexto e visão de cada conselheiro.

A presidência do Conselho Escolar destinada à direção da escola é fato comum em muitos sistemas educacionais. Dentre as explicações encontradas, uma, bastante frequente, é a limitação feita pelas instituições financeiras (bancos) para os titulares de contas correntes, de modo que estes não tenham quaisquer restrições nos sistemas de crédito, o que inviabilizaria a movimentação da conta e poderia comprometer o funcionamento da escola.

Outro fator está relacionado ao efetivo encaminhamento da política educacional definida pelo município. Há aqui o entendimento de que outro, que não a direção da escola na presidência do conselho escolar, poderá assumir compromisso com proposta diversa da definida pela administração, podendo comprometer a estrutura e o funcionamento do sistema educacional.

A destinação de parte da jornada dos professores para atuação nos Conselhos Escolares é uma realidade muito pouco frequente. Acreditamos que essa demanda se exima com a destinação de um terço da carga horária para as atividades extraclasse. Depois, convém analisar o impacto financeiro da proposta e os resultados positivos que a iniciativa trará.

É bastante comum a limitação da participação do segmento pais de alunos nas atividades e reuniões dos Conselhos Escolares. Assim, convém desenvolver estudos de alternati-

vas que venham a contribuir para a superação da problemática. Se a ajuda de custo (para ressarcimento de despesas com transporte etc) se fizer necessária, deve-se adotar todas as providências necessárias para a sua implementação, o que inclui a mudança na legislação, dentre outras.

Além dos dados coletados, também foram realizadas outras atividades, em especial a análise da legislação. O conjunto desses estudos nos permite realizar algumas sugestões a serem implementadas, na perspectiva do pleno funcionamento deste, da melhoria da qualidade da educação e da construção de uma sociedade democrática.

Como primeira sugestão, recomendamos uma modificação na legislação, de modo a possibilitar que todos os Conselhos Escolares tenham um período de mandato equivalente. Isto permitirá que os processos eleitorais ocorram concomitantemente em todas as escolas, o que poderá influenciar os movimentos sociais e políticos a uma ampliação e qualificação dos debates. Dentro de algum tempo, esse processo poderá ter contribuído com mudanças consideráveis acerca da representação desses colegiados no imaginário social.

Outra recomendação, ainda no plano normativo, refere-se a ampliação do tempo de mandato de dois para três anos, com a alternância para cada segmento. Assim, o Conselho poderá se renovar sempre e parcialmente a cada ano, sem ter que começar tudo outra vez.

Uma ação, permanente, é o fomento às iniciativas de formação continuada. Dentre as pautas, a comunicação e a gestão democrática, bem como a administração de conflitos, devem ser temas presentes. Também, o suporte para a elaboração, aprovação e publicização de plano de trabalho, bem como para a organização e realização de reuniões e gestão participativa devem se fazer presentes em processos formativos.

Mecanismos como publicações ou sítios eletrônicos voltados para os Conselhos Escolares, onde todos se percebam e ainda encontrem fomento para o debate e para a realização de suas ações cotidianas também podem minimizar dificuldades vivenciadas.

Acreditamos que uma maior atenção aos itens analisados e as sugestões feitas poderá contribuir para um maior aperfeiçoamento dos Conselhos Escolares, nas dimensões política, humana e técnica.

Por fim, entendemos que a gestão democrática da escola, obtida a partir da participação efetiva de todos os segmentos que compõem o Conselho Escolar, ainda é um processo estágios iniciais de sua história, com necessidade permanente de aprendizagens e de aperfeiçoamento, cujo descuido pode comprometer a construção de uma sociedade livre, e justa, onde todos os direitos humanos são respeitados.

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcia Ângela da S. *Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares*. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10 ago. 2012.

GUIMARÃES, Aline Amorim Melgaço. *Democracia possível: espaços institucionais, participação social e cultura política*. Campinas: Editora Alinea, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Caderno 1. Elaboração Ignez Pinto Navarro *et al.* Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor*. Caderno 5. Elaboração de Ignez Pinto Navarro *et al.* Brasília: MEC, SEB, 2004.

PARO, Vitor Henrique. *Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. *Gestão Democrática da escola pública*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. As políticas públicas locais e os processos de hibridação no Brasil e na América Latina. In: DAGNANINO, Evelina & TATAGIBA, Luciana (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.